

As eleições no Brasil e a "Doutrina Donroe": o que está em jogo?



» ROBERTO GOULART MENEZES
Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB e pesquisador do Ineu

Poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais, Donald Trump declarou que estava “acompanhando muito de perto” o pleito brasileiro. Sabemos que o Brasil é um país importante na região, mas é preciso indagar qual a razão de todo esse interesse do presidente dos Estados Unidos nas nossas eleições de 2026. Para isso, é importante lembrarmos que, desde as primeiras tarifas de Trump contra o Brasil, aplicadas em abril de 2025 e, depois, ampliadas em julho do mesmo ano para 50%, ele já buscava, com essas medidas, ir além do campo estritamente comercial. O tarifaço era o primeiro ato do seu governo a fim de intervir — e não apenas acompanhar — as eleições em nosso país. Assim, como podemos ler na Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos EUA — divulgadas em novembro de 2025 —, Trump elegeu como um dos objetivos da sua política externa e de defesa restaurar a influência dos Estados Unidos no hemisfério. Para isso, colocou a América Latina em uma posição central e prioritária na NSS do seu segundo governo, sendo ela tratada como a região de maior interesse para a segurança dos Estados Unidos e como objeto de uma reeleitura intervencionista da Doutrina Monroe, denominada Corolário Trump ou Doutrina Donroe.

Essa “doutrina” busca reafirmar a América Latina como esfera prioritária de influência dos Estados Unidos e justifica a adoção de “medidas mais assertivas” — inclusive militares — para impedir a influência de potências rivais e proteger interesses econômicos e de segurança de Washington. Isso inclui a preeminência regional dos EUA, o direito de intervir para bloquear “incursões hostis” — com especial atenção à China — e o uso da diplomacia comercial, de sanções e da presença militar para moldar o comportamento de governos e elites locais.

Sabemos que os interesses dos EUA no Brasil vão mais além. Trump quer colocar sob o controle dos Estados Unidos (e das grandes corporações deles) os minerais críticos, dominar os recursos naturais e fazer do nosso país um dos seus quintais. O problema não é ele querer, mas, sim, encontrar eco por aqui. É aí que a estratégia de Trump se cruza com as eleições presidenciais brasileiras. O candidato Flávio Bolsonaro sinalizou que pode incluir o Brasil no Escudo das Américas, que é uma iniciativa político-militar e de segurança liderada pelos Estados Unidos, criada em março de 2026, e o instrumento operacional da chamada Doutrina Donroe.

Sob o pretexto de combater os cartéis de drogas, o crime organizado transnacional e o narcotráfico, os EUA querem assegurar mecanismos que legitimem possíveis intervenções nos diferentes países da América Latina. Assim, o Escudo das Américas implica a relativização da soberania dos países, uma vez que se abandona a cooperação entre as nações no combate ao crime para assegurar a ingerência de Washington nas políticas de segurança e defesa dos países que se curvam a esse

objetivo da política externa de Trump. México, Uruguai e Brasil se mantêm fora dessa iniciativa que pode debilitar a soberania nacional. Na esteira do Escudo das Américas, vem a pressão dos EUA para a instalação de bases militares.

Trump e seus assessores mais próximos estão acompanhando tão de perto as nossas eleições que o jornal inglês *The Guardian* publicou que os Estados Unidos destinaram US\$ 1 milhão para financiar campanha contra o Supremo Tribunal Federal (STF). A Polícia Federal está investigando se de fato isso ocorreu e se também há alguma outra forma de ingerência que possa influenciar diretamente no pleito presidencial.

Podemos afirmar que o interesse de Trump pelo Brasil — e suas riquezas —, assim como de Marco Rubio, seu Secretário de Estado, aumentou desde que a América Latina voltou a ocupar lugar de destaque na estratégia dos EUA de refazerem a sua hegemonia. A invasão da Venezuela em janeiro de 2026 foi o primeiro ato da nova doutrina. E, desde então, a agressividade da política externa dos EUA só cresceu, e a forma como Trump trata os países da região demonstra que pouco importa a diplomacia. Por isso que, quando o presidente Lula reafirmou em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro último, que o Brasil não cabe no quintal de ninguém, ele também estava reafirmando a soberania brasileira sobre seus recursos naturais, suas riquezas, sua política externa e também sobre as nossas eleições.

Para Trump, o Brasil é a peça-chave para que sua estratégia avance. Cabe aos brasileiros e às brasileiras que acreditam no potencial do nosso país dizer a Trump que “nem tudo que é bom para os EUA” é bom para o Brasil.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Regulação como infraestrutura da inovação



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Quando se fala em infraestrutura para inovação, pensamos logo em laboratórios, universidades, centros de pesquisa, crédito e formação de pessoas. Regulação quase nunca aparece nessa lista. Em geral, ela é vista como sinônimo de controle, burocracia ou custo. Mas essa visão começa a ficar curta diante da velocidade com que surgem novas tecnologias e novos mercados.

A agricultura e a bioeconomia mostram isso com clareza. A cana-de-açúcar é um bom exemplo. Durante décadas, seu valor esteve ligado principalmente ao açúcar e ao etanol. Hoje, uma usina pode produzir também eletricidade, biogás, biometano, combustíveis avançados, insumos químicos, novos materiais e outros produtos derivados da biomassa. A cana deixou de ser apenas uma cultura agrícola e passou a integrar uma plataforma industrial muito mais ampla.

A ciência torna essas possibilidades reais, mas isso não basta para transformá-las em negócios. Entre uma descoberta e sua chegada ao mercado existe um caminho feito de padrões, métodos de medição, critérios de segurança, certificação, rastreabilidade e normas de comércio. Uma inovação pode funcionar muito bem no laboratório e, ainda assim, nunca chegar ao mercado se esse caminho não existir.

É nesse ponto que a regulação muda de papel. Ela não serve apenas para dizer o que pode e o que não pode ser feito. Quando bem desenhada, ajuda a reduzir incertezas, organizar mercados e

criar condições para que novas soluções sejam testadas e adotadas. Regular bem, portanto, não é apenas controlar riscos. É também criar espaço para que a inovação avance com segurança.

A trajetória dos biocombustíveis no Brasil ajuda a entender essa ideia. O etanol não se consolidou apenas porque avançamos na produção de cana, na genética ou na eficiência industrial. Foi preciso criar especificações, padrões técnicos, regras de mistura, sistemas de distribuição e mecanismos capazes de gerar confiança entre produtores, empresas, governo e consumidores. Mais recentemente, a intensidade de carbono passou a ser também um atributo econômico do combustível.

Na bioeconomia, isso será cada vez mais importante. Muitos produtos não serão avaliados apenas pelo preço ou pelo desempenho técnico. Também importarão sua origem, pegada de carbono, capacidade de substituir recursos fósseis, grau de circularidade e efeitos sobre o território. Para que esses atributos tenham valor econômico, precisam ser medidos, comparados e verificados. O que não pode ser demonstrado com confiança dificilmente se transforma em valor de mercado.

Por essa razão, metrologia, certificação, rastreabilidade e métodos de avaliação podem ser tão decisivos quanto laboratórios e plantas-piloto. Isso vale para bioinsumos, novos alimentos, agricultura de baixo carbono, biometano, combustíveis sustentáveis de aviação, hidrogênio de baixa emissão e produtos de biorrefinarias. Em todos esses casos, inovação e regulação precisam avançar de forma muito mais próxima.

O desafio é encontrar equilíbrio. Regras excessivamente detalhadas podem travar tecnologias ainda em evolução. A ausência de regras, por outro lado, aumenta a incerteza e afasta investimentos. Por isso, será cada vez mais

importante regular com foco em resultados, segurança e desempenho sem tentar anteciper em normas rígidas todas as soluções tecnológicas que poderão surgir.

Isso também exige maior aproximação entre ciência e regulação. Em áreas como carbono, biodiversidade, biossegurança, novos alimentos ou combustíveis avançados, as decisões dependem de evidências, métodos de medição e capacidade de atualizar critérios à medida que o conhecimento evolui. Nesse ambiente, regular deixa de ser apenas estabelecer regras. Passa também a exigir aprendizado e adaptação.

Para o Brasil, essa discussão é estratégica. Temos enorme base biológica, agricultura tropical competitiva, grande disponibilidade de biomassa e um sistema científico robusto. Mas isso, por si só, não garante liderança na bioeconomia. Entre o potencial científico e o mercado existe uma arquitetura institucional que precisa ser construída com a mesma atenção dedicada à pesquisa, à infraestrutura física e ao financiamento.

O país também precisa evitar dois extremos: tratar toda regulação como inimiga da inovação ou responder a cada novidade com mais regras e mais burocracia. Boa regulação não é sinônimo de regulação abundante. É aquela que dá segurança, reduz incerteza, cria confiança e consegue acompanhar a mudança tecnológica sem tentar engessá-la.

A cana-de-açúcar mostra o que pode acontecer quando agricultura, indústria, ciência, energia e políticas públicas avançam de forma coordenada. O próximo ciclo da bioeconomia será ainda mais complexo, com novos produtos, novas cadeias e novas formas de gerar valor a partir da biomassa. Nesse cenário, boas regras não estarão apenas ao redor da inovação. Elas serão parte da infraestrutura que permitirá transformar conhecimento em mercado, investimento e desenvolvimento.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A conta alta que chega em janeiro de 2027

Chegado o segundo turno de 25 de outubro, o vencedor fica diante de um mesmo problema: o Brasil chega a 2027 com inflação acima da meta, juros entre os mais altos do mundo, dívida em trajetória ascendente e um espaço político estreito para corrigir qualquer um desses desequilíbrios. O primeiro turno mostrou um eleitorado dividido quase ao meio, o que antecipa um governo sem folga de capital político, seja qual for o resultado.

Cálculo fiscal

O governo federal opera com deficit primário projetado em torno de 0,5% do PIB em 2026, segundo o Bole-tim Focus, e a dívida líquida do setor público deve passar de cerca de 70% do PIB neste ano para aproximadamente 79% em 2029. A dívida bruta, que é a métrica observada pelas agências de risco, caminha para a casa dos 90%. O arcabouço fiscal em vigor limita o crescimento real da despesa, mas depende de arrecadação crescente para ser cumprido, e boa parte do mercado duvida de que as metas dos próximos anos sejam alcançadas sem receitas extraordinárias. O novo presidente herda, portanto, a decisão incômoda entre perseguir o equilíbrio por meio de cortes politicamente custosos ou aceitar a deterioração e pagar o preço em prêmio de risco.

Orçamento x promessas

Previdência, benefícios assistenciais, pessoal, pisos constitucionais de saúde e educação e a vinculação do salário mínimo a diversos gastos. Somam-se a isso as emendas parlamentares impositivas, que reduziram a margem de manobra do Executivo. Há ainda a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, já em vigor e popular demais para ser revertida, cuja compensação depende de tributação mínima sobre rendas mais altas. Prometer redução de impostos, manutenção de programas sociais e ajuste fiscal ao mesmo tempo é aritmeticamente inviável; o eleito terá de escolher o que será sacrificado; e a conta do eleitor, em geral, chega depressa.

Governabilidade

Qualquer agenda econômica passa pelo Legislativo, e o Congresso eleito em outubro tende a ser fragmentado e protagonista do Orçamento. Um presidente de direita poderá contar com uma bancada afinada em pautas como privatizações e desburocratização, mas o apoio do Centrão costuma ter preço, em cargos e em emendas. A tensão é conhecida: a base que ajuda a aprovar reformas é a mesma que pressiona por gastos. Sem coalizão sólida, reformas administrativa e previdenciária, as mais difíceis, dificilmente avançam.

Reformas em transição

Já aprovada, a reforma tributária sobre o consumo tem implementação que se estenderá por anos, com regulamentações, conflitos federativos e riscos de aumento da complexidade. O próximo presidente terá de conduzir essa transição sem desfigurá-la e enfrentar o que ficou de fora: a tributação da renda e do patrimônio, a reforma administrativa e a revisão de subsídios e renúncias fiscais, que consomem parcela relevante da arrecadação e raramente são tocados.

Famílias endividadas

As dívidas reduzem o consumo e aumentam a inadimplência. Medidas de renegociação são tentadoras para qualquer governo, mas, mal desenhadas, estimulam novo endividamento e pressionam bancos públicos. É um problema que combina economia, política social e risco fiscal e que exigirá cuidado fino.

Classificação de risco

O Brasil segue abaixo do grau de investimento na maioria das grandes agências, e o custo de financiamento do Tesouro reflete essa percepção. Os primeiros sinais do presidente eleito, a começar pela escolha da equipe econômica, serão lidos em tempo real por investidores, e o mercado costuma reagir antes mesmo da posse. Nomes respeitados e um desenho fiscal crível podem reduzir o prêmio de risco; ruído, improviso ou interferência em instituições técnicas produzem o efeito inverso. A janela entre a eleição e a posse, em que ainda vigora o Orçamento do governo anterior, é justamente o período em que a incerteza costuma cobrar seu preço em câmbio e juros futuros.

O que esperar

O próximo presidente não terá lua de mel. A janela de legitimidade, de poucos meses, deverá ser usada para anunciar com clareza a âncora fiscal, definir a relação com o Banco Central e apresentar ao Congresso um calendário realista de reformas. Seja quem for eleito, o país já não tem margem para adiar as escolhas.

A frase que foi pronunciada:

“O eleitorado anseia por debates honestos e pela boa governança que deles decorre”

Bret Weinstein

História de Brasília

O sr. Sebastião de Almeida Prado Sampaio, presidente da Associação Médica Brasileira, escreveu ao dr. Fábio Rabel e, sobre o Plano Hospitalar, disse: “Esse Plano representa a solução para o problema médico em nosso meio, realizando a comunidade de serviços, baseado no município.” (Publicada em 25/5/1962)